

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT07.021

PROFESSORA SIM, TIA NÃO: UMA ANÁLISE DA OBRA DE PAULO FREIRE

Ângela Maria Miguel¹

Daisyvângela Euclêmia da Silva Lima Santana²

Joseana Maria Saraiva³

RESUMO

Na obra *Professora Sim, Tia Não*, Paulo Freire coloca em evidência o papel central da educação de crianças na primeira infância, chamando atenção para a construção de uma consciência política e crítica em formação. Nesse contexto, o autor resalta a importância de compreensão da sociedade por parte da criança através de um olhar crítico. Para o autor, a professora deveria se distanciar das referências que a identificam como 'alguém' da família, ou seja, a Tia, no intuito de promover a formação de uma consciência crítica sobre as condições de classe, raça e gênero por parte da criança, promovendo, assim, um enfraquecimento de bases estruturantes do patriarcado que se funda na família e se estende para a sociedade, sendo responsável por uma significativa desigualdade. Sendo assim, este artigo tem como objetivo refletir sobre a obra de Paulo Freire, a partir do seguinte questionamento: em que medida esta obra concorre por desnaturalizar as relações de gênero,

- 1 Doutoranda em Design, Mestre em Economia Familiar pela Universidade Federal de Viçosa/MG, Professora do Curso de Ciências do Consumo da UFRPE, angela.miguel@ufrpe.br,
- 2 Mestre em Nutrição pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Docente do Departamento de Ciências do Consumo da UFRPE, daisyvangelalima@ufrpe.br;
- 3 Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Docente do Departamento de Ciências do Consumo-UFRPE-joseana.marias@ufrpe.br

raça e classe, desarticulando os alicerces do patriarcado?. Para isso, metodologicamente, analisa-se criticamente a obra Professora Sim, Tia Não de Paulo Freire. Em termos de resultados, notou-se que em nenhum momento o autor faz referências a tais categorias, todavia, ao tratar da importância da alfabetização no processo de construção da cidadania, de forma indireta, o autor contribui para se pensar e sensibilizar para esses pilares do patriarcado como fundante da desigualdade social, devendo ser questionado e desnaturalizado a partir de um olhar crítico.

Palavras-chave: Educação, Ensino, Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

Na obra “Professora Sim, TiaNão”, Paulo Freire coloca em evidência o papel central da educação de crianças na primeira infância, chamando a atenção para a construção de uma consciência política e crítica em formação. Preocupado com a construção de um olhar crítico por parte da criança, o autor defende a existência de uma identidade profissional de professora caracterizada como Tia, verso identidade familiar, mais especificamente, a separação entre o público e o privado, como uma condição para a construção de uma Escola Democrática e Progressista. Para o autor, a continuidade de uma identidade privada no espaço público compromete a formação de uma consciência que coloca em evidência a democracia, primeiramente, de classe, e, conseqüentemente de raça e gênero tanto por parte da criança quanto da profissional ‘professora’, reforçando as bases do patriarcado.

Nessa direção, este artigo tem como objetivo refletir sobre a obra de Paulo Freire, a partir do seguinte questionamento: em que medida esta obra concorre por desnaturalizar as relações de gênero, raça e classe, desarticulando os alicerces do patriarcado? Para isso, metodologicamente, analisa-se criticamente a obra Professora Sim, Tia Não de Paulo Freire. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, em educação, incluindo o método de análise de conteúdo tendo em vista compreender de forma mais aprofundada o fenômeno estudado, Bardin (2016).

De imediato, vale ressaltar que relações de gênero, raça e sexo, constituem categorias consideradas no mundo acadêmico de grande relevância por apresentar um papel significativo no processo de estruturação da sociedade, pautado no patriarcado, conforme Souza-Lobo (1991). Sendo assim, responsáveis por uma determinada ordem social, que anuncia inconscientemente lugares e posições de homens e mulheres, recorrentemente reproduzidas para além das relações familiares.

Tendo em vista explicar a construção dessas relações sociais, Lévi-Strauss (1965) explica que, em um processo que envolve além do sentido,

o reconhecimento de que em sutis diferenças e nuances de olhar, de posturas, de maneiras, de atividades, de procedimentos rituais, exprime um juízo acerca das relações que são construídas entre quem se olha, comporta-se, trabalha ou age e acerca do relacionamento entre estes e outros que não se relacionam com os primeiros. Dessa forma, molda-se e ainda, naturaliza-se, uma determinada estrutura social, pautada, sobretudo, na identidade de gênero, cor e classe. Nesse contexto, o homem branco, caucasiano e de posses se sobressaem como referência entre os mais diversos grupos sociais, reafirmando uma hegemonia defendida pelo patriarcado. Trata-se de se reproduzir nos mais diversos campos da sociedade, com destaque para o campus escolar, conforme Bourdieu (1998), esse modelo de ator social.

A partir desse contexto, pode-se afirmar, conforme Bourdieu (1998) que a escola se constitui como um dos espaços de reprodução da lógica social dominante, uma vez que se constitui como um campo provido pelo Estado, historicamente dominado por classes hegemônicas. A partir dessa lógica, fundamenta-se a educação tradicional que pouco ou nada reflete sobre os fatores que determinam essa ordem social. No contraponto a essa educação sobressai-se grupos marxistas e ainda aqueles que seguem o olhar de Paulo Freire.

Considerado no mundo acadêmico e no mundo político um importante educador, Paulo Reglus Neves Freire, nasceu em 19 de setembro de 1921 e faleceu em maio de 1997, se torna referência na área de educação popular ao defender a importância da escolarização, sobretudo num processo de construção da consciência política. Diferenciava-se dos demais pesquisadores e educadores por acreditar que o aluno seria capaz de construir seu próprio aprendizado através da prática dialética com a realidade, tendo em vista criar, assim, sua própria educação, construindo ele mesmo o seu raciocínio de referência, num processo significativo, e, sobretudo, de libertação de conceitos pré- estabelecidos. Com isso fundamenta-se a politicidade do ato pedagógico.

Em relação a obra analisada, “Professora Sim, Tia Não: cartas a quem ousa ensinar”, publicada em 1993, pela editora Paz e Terra, discute-se, em especial a prática pedagógica e as reações entre educadores e educandos. Embora o autor não trate sobre relações de gênero, raça e classe, as mesmas são de singular importância para a compreensão das relações que se estabelecem entre professor-aluno.

Nesse sentido, o primeiro conceito que a ser considerado trata-se da identidade:

a. Identidade

A categoria identidade, de acordo com Foucault (2007) parece central no exercício de classificação, sobretudo da natureza. Nesse exercício recorre-se às características semelhantes para a construção de um determinado grupo. Todavia, essa classificação se torna um problema quando se hierarquiza os seres.

Com relação à sociedade, a identidade assume, inicialmente, o papel de localizar, do sujeito, fixado em determinado campo social relacionado a uma ‘classe’ social dentre outras. Entretanto, no decorrer da história, assim, como outros elementos, as ciências despertam-se para a ideia de que essa ‘identidade’ não deveria ser entendida como algo fixo, mas maleável, que concorreria para uma mobilidade desse sujeito na sociedade, rompendo com os pré-determinismos (Foucault, 2007).

Assim esse conceito tem mudado a depender das práticas sociais. No Iluminismo o sujeito era dotado de uma identidade única, enquanto, atualmente, passa a ser entendida como não única, mas plural, constituída a todo momento e multiplicando as noções de sujeito. Vale ressaltar que tal mudança fora fruto de muitos processos, como o pensamento marxista e a psicanálise freudiana, bem como o movimento feminista, Hall (1998).

A ideia de uma identidade plural marca uma nova perspectiva na sociedade, ‘autorizando’ esse sujeito a assumir não uma, mas várias iden-

tidades, a depender do contexto no qual se encontra. Para Stuart Hall (1998) as identidades modernas se caracterizam pela fragmentação, fruto de um tipo diferente de mudança estrutural que transformou as sociedades modernas no final do Século XX e início do XXI. O que reflete nas paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e, principalmente na nacionalidade.

Hall (1998) traz três concepções diferentes de identidade: a do sujeito do iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno. A primeira, do iluminismo, baseia-se no indivíduo centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo 'centro' consiste num núcleo interior, dando uma noção de 'essência', visto como pré-definido e determinado desde seu nascimento até a morte.

A segunda perspectiva considera a complexidade do mundo moderno, dando importância a relação entre sujeitos e a sociedade. Assim, essa relação seria mediada por valores, sentidos e símbolos dos mundos que ele/ela habitava. Nessa perspectiva, o processo de interação torna-se significativo, sendo que a sociedade seria estruturada a partir do atributo 'identidade', que concorreria num processo 'estabilizador' sujeitos e mundos cultural, tornando-os unificados e previsíveis.

Uma terceira leitura que se faz da identidade, analisada por Hall (1998), diz respeito a um sujeito plural, ou seja, formado por uma pluralidade de identidade, acionada sempre que necessário. Essa perspectiva trouxe um relativo ganho para as mulheres na medida em que se defende a ideia de que o sujeito é socialmente e culturalmente construído, retirando a identidade do mundo da biologia. A biologia, historicamente, serviu de base para sustentar o discurso das desigualdades de classe, raça e gênero.

Nesse processo, o segundo conceito a ser apresentado se trata das relações de gênero:

b. Relações de Gênero

O conceito de gênero surge com as feministas no intuito de romper com o modo de empoderamento do sujeito, construído a partir da ideia de uma identidade fixa. Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia das mulheres e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos em meio a relações sociais de poder (Louro, 1997).

Para Scott (1998) gênero diz respeito à 'organização social da diferença sexual', configurando-se num elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. Trata-se de uma construção social que uma dada cultura estabelece ou elege em relação a homens e mulheres. Para a autora, essa categoria de estudo não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. O discurso não reflete a realidade biológica primária, mas, constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado, é mais uma estrutura social móvel que deve ser analisada em seus diferentes contextos históricos (Scott, 1998).

A partir dessa concepção de gênero, com foco no processo de construção do masculino e feminino, a identidade também ganha uma significativa importância no processo de entendimento da sociedade, pois a noção de sujeito estaria de alguma forma colada a de identidades.

Como último conceito, evidencia-se a cidadania:

c. Cidadania

Acerca do significado de cidadania, para Luiz Guarinello (2003) coloca que envolve tanto o plano subjetivo quanto o objetivo. No subjetivo, se trata de um sentimento comunitário, construído a partir de represen-

tações sociais sobre o pertencimento a determinado espaço/território, envolvendo, assim, processos de inclusão de uma população, que se traduz num conjunto de direitos civis, políticos, econômicos e sociais:

(...) cidadania implica sentimento comunitário, processos de inclusão de uma população, um conjunto de direitos civis, políticos e econômicos e, significa também, inevitavelmente, a exclusão do outro. Todo cidadão/membro de uma comunidade, como quer que esta se organize, e esse pertencimento, que é fonte de obrigações, permite-lhe também reivindicar direitos, buscar alterar as relações no interior da comunidade, tentar redefinir seus princípios, sua identidade simbólica, redistribuir os bens comunitários. A essência da cidadania, se pudéssemos defini-la, residiria precisamente nesse caráter público, impessoal, nesse meio neutro no qual se confrontam, nos limites de uma comunidade, situações sociais, aspirações, desejos e interesses conflitantes. Há, certamente, na história, comunidades sem cidadania, mas só há cidadania efetiva no seio de uma comunidade concreta, que pode ser definida de diferentes maneiras, mas que é sempre um espaço privilegiado para a ação coletiva e para a construção de projetos para o futuro (Guarinello, 2003:46).

Para esse autor, a cidadania se refere a um status que permite ao indivíduo a participação integral na comunidade política e na herança social, processo cuja efetivação depende em larga medida da construção de um sentimento de pertencimento-identidade - capaz de conectar os indivíduos à comunidade mais ampla, está circunscrita nos limites do Estado-nação.

Nesse sentido, Marshall divide a cidadania em três elementos, a saber: o civil, o político e o social. O elemento civil faz referência às liberdades básicas e fundamentais dos indivíduos, ou seja, liberdade de ir e vir, liberdade religiosa e de pensamento, direito de propriedade, de celebração de contratos válidos perante a justiça e o direito à própria justiça. Entretanto, este último, como lembra Marshall, difere dos outros direitos contidos no elemento civil, já que ele faz referência à possibilidade de se acessar o sistema judiciário com o objetivo de defender todos os outros direitos em pé de igualdade com relação aos demais membros da comunidade (1967).

O segundo elemento trazido pelo autor diz respeito ao elemento político, que tem relação com o direito de participar diretamente do exercício do poder político, ou, em outros termos, ao direito de votar e de ser votado. O elemento social, por fim, traduz-se no direito a um mínimo de bem-estar e segurança socioeconômica, bem como à possibilidade de participar por inteiro da herança constituída socialmente. Deve-se ressaltar ainda que a cada um dos três elementos da cidadania corresponde um quadro institucional específico: os tribunais de justiça são as instituições associadas de modo direto aos direitos civis; o parlamento e as outras instituições que representam de modo direto a população correspondem aos direitos políticos e o sistema educacional e a rede de serviços sociais se referem aos direitos sociais (Marshall, 1967).

Sendo que o processo de conquista dos direitos referentes à cidadania passa necessariamente por uma postura e tomada de posição no espaço público onde invariavelmente se constroem tais direitos. Sendo aí uma questão central quando o autor tenta separar as identidades dada na condição de Professora versus Tia. A discussão em torno das categorias público e privado nos remete à obra do antropólogo Roberto da Matta, *A Casa e a Rua*, onde o autor analisa a existência de duas éticas conflitantes que se estendem à concepção do espaço público, e conseqüentemente, reflete na luta pelos direitos. A ética da 'casa' funda-se numa dimensão pessoal, familiar e doméstica, enquanto a 'rua' é pautada na impessoalidade, na disciplina e na lei (Da Matta, 1986). Ao analisar o caso brasileiro, o autor coloca que haveria uma projeção da casa na rua, recriando, assim, um mesmo referencial de orientação de comportamento dos atores sociais no espaço público, ou seja, da rua. Para além disso, as relações sociais que deveriam ser impessoais passam a ser regidas pela pessoalidade. A conseqüência desse englobamento, conforme coloca o autor, é que os atores sociais teriam mais dificuldades no processo de construção e reivindicação de direitos, já que esse comportamento não impera no mundo da casa.

d. Direitos das Mulheres

A presença do gênero feminino no título do livro imediatamente nos remete que a problematização trazida pelo autor se refere à condição feminina na luta pelos seus direitos. Nesse sentido, vale resgatar o debate do movimento feminista sobre o direito das mulheres.

O movimento feminista, de acordo com Pinto (2023) no Brasil se origina no início do século XX, de forma plural em que pelo menos três grupos se construíram e vão promover várias esferas públicas. Uma primeira fase do movimento tem três frentes de ação, uma considerada conservadora, e não menos importante, fora liderado por Bertha Lutz, que tem como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos (p.14). Esse trata-se do movimento das sufragistas questionavam o fato das Constituições Federais dos países não reconhecerem as mulheres como cidadãs, deixando-as fora do sistema eleitoral.

Uma segunda vertente é a que Pinto (2023) denomina de feminismo difuso, que se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa. De acordo com a autora esse era formado por mulheres cultas com vidas públicas excepcionais, como professoras, escritoras e jornalistas. Essa corrente lutava para além dos direitos políticos, mas ainda pela educação. Falavam em dominação dos homens e no interesse em deixar a mulher fora do mundo público (Pinto, 2023).

E, por fim, um terceiro que era mais radical, ligava-se ao movimento anarquista do partido comunista. Tratava-se de mulheres trabalhadoras e intelectuais, militantes dos movimentos de esquerda que defendiam a liberação da mulher de forma radical tendo na maioria das vezes a questão da exploração do trabalho como central, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas (Pinto, 2023). Esse se junta ao movimento marxista que vai perpetuar até os dias atuais.

Essa primeira onda do movimento feminista é tratada na literatura como o feminismo da igualdade, e vai predominar até os anos de 1960,

se caracterizando pela denúncia de desigualdade e discriminação a partir de ideias universalistas e essencialistas

É nesse aspecto que se insere o movimento feminista que se pauta no combate ao patriarcado, um sistema de valores e crenças que vai organizar a sociedade a partir de referências masculinas, consideradas normais (Safiotti, 2015). Para além disso, o patriarcado marca e demarca posições de raça e classe, ao se referenciar ao homem de cor branca e proprietários de terra.

Uma nova perspectiva de feminismos emerge a partir dos anos de 1970, o chamado feminismo da diferença. Pinto (2023), denomina essa como uma segunda onda do movimento. Esse se formaria a partir de um caldo político e cultural que se vivenciava tanto nos Estados Unidos da América quanto na Europa, vai servir de base para um novo posicionamento da sociedade civil, fomentando os movimentos sociais. Nesse período, já se discutia o livro de Simone de Beauvoir, “Segundo o Sexo”. As americanas lideradas por Beth Friedman queimam os sutiãs em praça pública, numa tentativa de conquistar a emancipação feminina (Pinto, 2023).

Junto com a publicação do livro de Simone de Bouvoiar, faz-se menção ao feminino e o masculino como construções sociais, e então se desvincula o gênero da natureza, sai dos essencialismo da biologia. Assim, a categoria gênero vai se firmar no discurso corrente na década de 1970, trata de um processo de construção social das diferenças sexuais e da percepção; do modo como são construídos padrões referenciais do que se concebe como masculino e feminino (Scott, 1998). Para além disso, refere-se a um conceito edificado pelas ciências sociais nas últimas décadas para analisar a construção histórica das identidades masculina e feminina.

Juntamente com esse movimento da diferença emerge uma corrente que se denomina de feministas marxistas contemporâneo ao movimento da diferença, perpetuando-se até os dias atuais. No tocante a questão da mulher, a perspectiva marxista assume uma dimensão crítica radical ao pensamento conservador. Nesse sentido, a família que também foi essen-

cializada como algo de base ‘natural’, reificava a diferença entre homens e mulheres pautada na divisão sexual do trabalho. Ficava a cargo da mulher a produção doméstica e a reprodução social. A obra a qual as feministas recorreméa“ A origem da família, da propriedade privada e do Estado” e notar que a mulher se encontra numa situação inferiorizada em relação ao homem, e ainda numa situação de classe.

Ao colocar o trabalho como referencial social, evidencia-se não só a divisão social do trabalho, mas ainda a divisão sexual do mesmo. Nesse contexto, incorre sobre o fenômeno de estudo “Professora Sim, TiaNão”, uma vez que não só reflete o trabalho desvalorizado, mas a sobrecarga quando se observa a ‘obrigação’ em relação à família, ao cuidado com os filhos e na escola o papel de tia, que se reporta a essa discussão.

A questão do trabalho, imediatamente chama a atenção para a invisibilidade da presença da mulher em distintos segmentos do mercado de trabalho, bem como do trabalho do pedagogo como educadora, caracterizada como “tia”. Somente a partir dos anos 70 é que no Brasil, se passou a destacar a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho, bem como os guetos nos quais se confinava a mão-de-obra feminina, a questão da dupla jornada de trabalho, a exploração da trabalhadora doméstica, o trabalho na casa como uma forma não remunerada de trabalho Lobo (1991). Todavia, esse período também marca a presença maciça das mesmas nos espaços de luta política, como sindicatos, partidos entre outros como uma forma de reafirmar sua condição de sujeito de direitos. Vale ressaltar que em termos de Brasil, o Estado encontrava-se desde 1964 sob a tutela de Militares, que obviamente negavam os direitos civis e políticos a todos os cidadãos, inclusive às cidadãs.

O movimento feminista que sempre caminhou junto com os demais movimentos de esquerda, teve também grande resistência pela maior parte da sociedade. Isso porque na primeira onda, como ressalta Pinto (2001) teve que se radicalizar, pautada nas comparações naturalistas e biológicas, para mostrar, provar, que poderiam ser iguais aos homens e, assim, serem consideradas cidadãs. Entretanto, somente a partir do momento

em que se passa a ver as diferenças imbuídas de significados simbólicos e culturais, que se percebe que se trata de uma construção social, marcado pela cultura. Com isso, emergem novas perspectivas de movimentos que vão se orientar no que se passa a chamar de teoria de gênero.

É justamente com a terceira onda, ou seja, já nos anos de 1980, juntamente com o fim da ditadura militar, no Brasil, que as mulheres conseguem se organizar no plano político para a reivindicação de seus direitos. Nesse sentido, em 1988 foi promulgada a Constituição Federal que marca a redemocratização brasileira e com ela o pressuposto da igualdade de gênero e o reconhecimento das mulheres no plano político. Nesse contexto, várias políticas foram construídas no sentido de promover os direitos das mulheres por parte do Estado.

Assim, é no debate em torno das relações de gênero e do público e privado, ou seja, da casa e da rua que se busca analisar a obra “Professora Sim, Tia Nã” de Paulo Freire, que será apresentada e discutida na seção de resultado e discussão. Para isso, parte-se do próprio título que nos remete, primeiramente, ao feminino e, posteriormente, a relações que imperam no mundo da casa, conforme coloca Da Matta (1986).

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, esse trabalho tem como foco a análise crítica da obra “Professora Sim, Tia Nã” de Paulo Freire. Para isso recorreu-se à análise de conteúdo, que se trata de um conjunto de técnicas de pesquisa qualitativa usado para analisar sistematicamente o conteúdo de mensagens, como textos, entrevistas, gestos ou imagens, com o objetivo de interpretar e extrair significados subjacentes. De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo envolve a categorização de dados para identificar padrões e temas recorrentes, ajudando o pesquisador a compreender o sentido por trás da comunicação.

Sendo assim, a partir do exercício de análise, chegou-se a três categorias centrais, que são: Professora Sim, Tia Nã: cartas a quem ousa ensinar:

um título uma problematização; Professora infantil: uma identidade deteriorada? A Casa na Rua e a Rua na Casa: uma estratégia de negação dos direitos das mulheres profissionais da educação. Para a análise recuperou-se o referencial de Celi Pinto, Elizabeth Souza-Lobo, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Stuart Hall, Joan Scott, Luiz Guarinello, Roberto da Matta e Heleieth Saffioti, que trabalham conceitos e referenciais sobre a condição da mulher na sociedade atual, na qual Paulo Freire analisa a profissional de educação.

A seguir apresenta-se o resultado e discussão

RESULTADO E DISCUSSÃO

Nessa seção apresenta-se as categorias que serão analisadas a partir da obra “Professora Sim, Tia Não: cartas a quem ousa ensinar”. A primeira delas se refere à discussão do título numa proposta de compreensão da obra, discutida a seguir.

PROFESSORA SIM, TIA NÃO: CARTAS A QUEM OUSA ENSINAR: UM TÍTULO UMA PROBLEMATIZAÇÃO

A obra lida num primeiro momento leva a um certo estranhamento por parte do leitor acostumado com a ‘professorinha’ que é chamada de Tia, e, por certo, historicamente naturalizada com tal. Todavia, de acordo com Freire (1993) essa se trata de uma armadilha para a profissional da pedagogia, à medida em que traz como proposta a negação de uma atuação política por parte da profissional.

Nesse contexto, ao acionar uma identidade familiar, denominada de tia, retira do ator uma identidade política. A atuação das mulheres na política é tema recorrente de estudos e via de regra uma pauta dos movimentos feministas, e seguramente discutida no debate de gênero conforme Scott (1989). De imediato vale ressaltar que o estudo de gênero se refere às relações de poder entre homens e mulheres, sendo a política

um espaço público e, obviamente, masculino. Nesse contexto, embora haja homens e mulheres na profissão da pedagogia, o título do livro nos remete a uma problematização voltada para as mulheres. Isso se dá por uma questão central. Os textos até início da década de 2000 era naturalizado como uma linguagem no masculino, como se fosse universalizante, havendo uma revisão com o uso do masculino/feminino a partir de então. Nesse sentido, observa-se que tanto professora encontra-se no gênero feminino quanto a tia. Para além disso, o autor traz referências no conteúdo que anuncia as problematizações do feminino. Inicialmente, numa primeira leitura, entende-se que Freire introduz o título “Professora sim, tia não” procurando, através do enunciado exigir um primeiro empenho à compreensão e entendimento não apenas do significado de cada uma das palavras que compõem o próprio enunciado, mas ressaltando o que as palavras ganham e perdem individualmente, enquanto inseridas numa trama de relações. Esse título nos remeteu ao Roberto da Matta no livro *A Casa e a Rua* em que faz referência às duas dimensões éticas que compõem esses dois espaços, qual seja, do privado e do público.

Indo mais além, dividindo o enunciado em três blocos (a) professora, sim, (b) tia, não e (c) cartas a quem ousa ensinar, parece enfatizar a tarefa do ensinante, que requer comprometimento e gosto “de querer bem não só aos outros, mas ao próprio processo que ela implica” (p. 9) e sobre a impossibilidade de ensinar sem ousar. Ousar para “falar em amor”, para que estudamos, aprendemos, ensinamos e conhecemos com o nosso corpo inteiro (...). Nessa colocação Freire (1993) enfatiza que o processo de atuação profissional envolve uma relação com o corpo, evidenciado também no debate de gênero, conforme coloca Scott (1998).

Para Freire (1993) jamais deveria dicotomizar o cognitivo do emocional (...) para ficar ou permanecer ensinando por longo tempo nas condições que conhecemos, mas l pagos, depreciados e resistindo ao risco de cair vencidos pelo cinismo (p.10). No debate sobre gênero, o emocional é parte de uma identidade feminina, que não impera a razão, e ainda o cognitivo, sendo discutido como algo natural à genética feminina, Pinto (2023).

Todavia, deve-se lembrar que tanto homens quanto mulheres tem identidades plurais, conforme coloca Hall (2006). Sendo assim, tanto homens quanto mulheres em algum momento vai acionar uma identidade pautada na emoção ou na razão. É nesse debate em torno dessas identidades que Freire (1993) insere a categoria Tia, que no primeiro momento parece acionar uma identidade pautada na emoção.

No que se refere ao argumento, Professora, sim, tia, não, Freire (1993) apresenta, sobretudo, duas razões. De um lado o de evitar uma compreensão distorcida sobre a tarefa profissional do professor, compreendido como um ator social regado por leis constituídas no espaço público, ou melhor da rua, conforme coloca Da Matta (1986). De outro, o de ocultar a ideologia repousada na falsa identificação da tia. A tentativa de reduzir a professora à condição de tia é uma inocente armadilha ideológica em que, tentando-se dar a ilusão de adocicar a vida da professora, o que se tenta é amaciar a sua capacidade de luta, entretê-la no exercício de tarefas fundamentais (p.25). Nessa argumentação, Freire (1993) deixa claro o prejuízo de se acionar uma identidade privada no espaço público, do trabalho. Para o autor na medida em que isso se constitui, tem-se uma perda no processo de construção da cidadania do profissional que não reivindica seus direitos.

Para além das colocações do autor, quando ele chama a atenção a reflexão do papel da tia, parece remeter ao que é familiar. E, sendo familiar tira do sujeito uma capacidade da luta política, fazendo alusão aos valores que compõem a esfera privada, do ceio familiar, do cotidiano, do cuidado, dado que o autor coloca, Tia não faz greve, pois prejudicaria seus sobrinhos. Sobre essa se trata de uma estratégia de dominação construída com base no patriarcado, e que deslegitima a luta política, conforme coloca Souza Lobo (1991) e Saffioti (2015).

Segue sua análise através das “cartas a quem ousa ensinar”, expondo questões fundamentais sobre os fazeres acima de tudo político-pedagógicos. Dessa forma, convida a questionar e a pensar sobre o ato de escrever puramente mecânico e o ato de pensar ordenadamente. Nesse item,

observa-se que Freire (1993) considera o 'ato de ensinar' como uma proposta coletiva e não a transferência de conhecimento, conforme o ideal da escola tradicional.

O texto de Freire (1993) tem a intenção de mostrar a tarefa do ensinante que é também a de ser aprendiz, sendo preciso para isso ousar, o aprender a ousar, para dizer não à burocratização da mente a que nos expomos no dia-a-dia. Segundo Freire, é preciso ousadia ao próprio fato de se fazer professor/a, educador/a que se vê responsável profissionalmente pela formação permanente. Nesse sentido, não se quer desmoralizar ou desvalorizar a figura da tia, mas questionar a desvalorização profissional, que vem acontecendo há décadas, de transformar a professora num parente postiço. Nesses termos, o autor nos incita a pensar novamente nas estratégias usadas pelo patriarcado, como não estabelecer limites entre o que é público e o que é privado com o intuito de controle social sobre as ações das mulheres. Para Da Matta (1986), essa seria uma prática cultural recorrente no caso brasileiro.

A seguir discute-se uma segunda categoria, que são as relações de gênero.

PROFESSORA INFANTIL: UMA IDENTIDADE DETERIORADA?

A obra aqui estudada refere-se ao livro 'Professora sim, tia não', lançado em 1993, dividida em 13 capítulos, onde o autor tenta romper com várias colocações feitas por profissionais que atuam na área da pedagogia, numa angustiante tentativa, de dar ares de profissionalização à profissional de pedagogia. Nesse contexto, sobressaem as mulheres, talvez por se tratar de um curso notadamente feminino, conforme coloca Freire (1993). Sendo o magistério uma atividade feminina, já se assume de antemão a dificuldade de articular o profissional com o plano político?

Embora não apresente dados, no livro fica evidenciado a condição feminina e ainda a condição da identidade de raça/cor. A primeira pode ser observada no próprio título do mesmo. A partir daí todas as argu-

mentações trazidas pelo autor nos remete imediatamente à mulher, e em algumas colocações à mulher negra. Nesse contexto, a profissão do magistério nos leva a refletir sobre a condição naturalizada do cuidar, que historicamente encontra-se ligada à identidade feminina, lida sob o viés de uma identidade fixa, conforme coloca Hall (1998).

A relação entre feminino e pedagogia, parece também contribuir para a desvalorização desse trabalho. De acordo com Paulo Freire no Brasil, a profissão de professor/a é desvalorizada e passava, na década de 1990, por sérios problemas políticos e econômicos, sendo acionado uma certa identidade inerente à família que vinha do mundo da casa para justificar esse processo, conforme Da Matta (1986).

No entanto, quando se trata de trabalho feminino, a condição de ‘amar’ é recorrente e naturalizada, enquanto uma identidade. Nesse sentido, o autor coloca que há essa necessidade, mas o mesmo reafirma a importância da autovalorização do professor para o cumprimento de suas tarefas. Para ele, sem isso não alcançaria seus objetivos:

“É impossível ensinar sem a capacidade forjada inventada, bem cuidada de amar. É preciso ousar para ficar ensinando por tanto tempo em condições que conhecemos mal pagos desrespeitados e resistindo ao risco de cair vencidos pelo cinismo” (Freire, 1993:10).

No que se refere à condição de raça, Freire (1993) coloca que: a mestiça vai defender essa mesma consciência do cuidar, sem levar em consideração um posicionamento político exigido pela profissional da educação.

Freire (1993) defende a importância das mulheres, ou melhor, os atores/atrizes de seu livro participarem da política e lutar por direitos sociais e trabalhistas, exigindo serem tratadas como agentes políticos portadores de direitos, quando afirma uma identidade profissional para as mulheres que é a “Professora”, tentando irromper com o mundo da casa onde as relações são pautadas numa identidade pessoal, conforme Da Matta (1986).

Nesse contexto, Freire (1993), tenta veementemente defender uma identidade profissional da pedagoga quando coloca:

"A tarefa de ensinar é uma tarefa profissional que, no entanto exige amorosidade, criatividade, competência científica, mas recusa a estreiteza cientificista, que exige a capacidade de brigar pela liberdade sem a qual a própria tarefa fenece. (Freire, p.14)".

Além disso, o autor coloca que a sociedade os vê como membros e atores do espaço privado quando criticam as greves e quando acionam a categoria de tias. Muito embora a greve seja um instrumento legítimo reconhecido pela Constituição Federal de 1988, as críticas tentam deslegitimar um direito previsto.

Nessa parte, Freire (1993) se aproxima do sujeito sociológico trazido na obra de Stuart Hall em que afirma que a identidade é formada na interação entre o "eu" e a "sociedade". O sujeito ainda tem um núcleo uma essência interior que é eu real, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem. (Hall, 1998).

Nessa situação as professoras negam suas identidades de professora, passando a de tia, para se adequar as normas exigidas pela sociedade, evitando, assim, o conflito. Isso porque a 'professorinha', identificada como 'tia' deve se comportar como um sujeito dócil, amável, paciente e incapaz de contrariar aqueles que a consideram como parte da 'família'. Todavia, de acordo com Freire (1993), as mesmas devem sim, aderir a uma ideologia libertadora, emancipadora e necessária para o reconhecimento de uma identidade profissional.

Nesse contexto, Hall (1998) lembra que, a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Dessa forma, o autor defende que a identidade não é fixa, diferentemente do que muitos atores, sobretudo, a ala conservadora da sociedade imagina. Essa colocação é importante para analisar a diversidade de identidades que uma mulher pode carregar, rompendo com o imaginário de uma identidade fixa pautada numa condição de feminina, dócil, acomodada que deva ser

representada em todos os espaços, seja ele público ou privado, conforme coloca Da Matta (1998).

De acordo com Freire (1993), essa identidade construída no mundo da casa, de docilidade, amorosidade, implica numa submissão que afeta sobretudo a formação de novos cidadãos marcados por uma identidade acomodadas com pautas conservadoras, destoando de uma educação democrática e progressista. Nesse sentido ele coloca:

“Nada disso pode converter a tarefa de ensinar em um que fazer de seres dóceis, acomodados porque portadora de uma missão tão exemplar que não pode conciliar com atos de rebeldia como greve...” (Freire, 1993:23).

Isso significa que a mulher tem o direito a uma identidade profissional, notadamente reconhecida como professora, se posicionando politicamente no espaço público, podendo ser amável, educada, firme no exercício da profissão sem, necessariamente, se submeter à pressão de um suposto sentimento que regula as relações privadas, conforme Da Matta (1986). Isso porque ao permitirem o uso dessa identidade, adotada e valorizada pela cultura patriarcal, reifica-se as desigualdades do mundo da casa onde o pai é a figura máxima, e as mulheres concentram-se na base da estrutura, Saffioti (2015).

Para além disso, de acordo com Freire (1993:23), uma identidade profissional bem representada contribui para a formação de novos cidadãos mais capazes de se posicionarem no espaço público como atores sociais que também vão reivindicar seus direitos, garantindo, assim, um país democrático e plural, em que se reconhecem os direitos das mulheres, das mulheres negras e das mulheres pobres, maiores vítimas do sistema patriarcal.

O título dessa seção inicia-se com um questionamento: Professora Infantil: uma identidade deteriorada? A resposta a essa questão fica evidenciada nas colocações de Freire (1993) que ao associar a profissão de pedagogia com uma identidade feminina, pautada numa docilidade, meiguice na figura da tia, que não reivindica direitos parece sugerir que a

profissão carrega o estigma da identidade deteriorada, justificando, assim, os baixos salários, e uma invisibilidade do profissional da educação. Todavia, esse se trata de um projeto político do patriarcado defendido pelo Estado e pelas classes dominantes, que não tem interesse de construir uma sociedade justa e igualitária, pois se isso acontece, essa classe perde seus privilégios, Da Matta (1986).

A CASA NA RUA E A RUA NA CASA: UMA ESTRATÉGIA DE NEGAÇÃO DA CIDADANIA.

O mundo da casa é regido por uma ideologia das relações pessoais, onde não há um posicionamento político, em que impera uma significativa hierarquia normalizada pelo patriarcado, Saffioti (2015). Nesse sentido, impera o ideal de casamento, a falta de profissionalização, a neutralidade e a espontaneidade. Todavia, esse posicionamento é repulsado por Freire (1993)

Freire (1993), problematiza a ideologia que associa a Professora à Tia, presente no mundo da casa. Essa mesma ideologia defende a aceitação da mulher por um trabalho desvalorizado, com baixos salários. Somado a isso, o autor coloca que muitas pedagogas procuram tal profissão por não conseguir, ou não acreditar ser capaz, ou melhor, ter competência para cursarem uma graduação que ofereça um lugar um salário mais atraente. Isso parece provocar uma espécie de identidade deteriorada, em que o profissional não acredita na sua competência, incidindo, assim, no seu posicionamento enquanto ator/cidadão/ã no espaço público.

Outra questão levantada pelo autor diz respeito à ideologia inculcada pelo patriarcado sobre a economia do casamento. Nesse sentido, de acordo com o autor:

Alguns anos atrás, convidado por um dos cursos de formação do magistério de São Paulo para uma conversa com as alunas, ouvi de várias delas a afirmação que dá título a esta carta. Mas ouvi também de muitas outras terem optado pelo curso

de formação do magistério para, enquanto o faziam, esperar comodamente por um casamento (Freire, 1993:32).

O casamento reifica a condição de submissão das mulheres aos homens, defendido pelo patriarcado, como uma condição ideal de vida para as mulheres. Essa ideologia defende a produção e a reprodução social das mulheres no tocante à família, Saffioti (2015), sendo aceito por pedagogas.

Ao trazer a identidade da Tia para o espaço do trabalho, transfere-se a identidade da casa para o espaço da rua, ou seja, o político se confunde com as relações pessoais, vividas no cotidiano da família. Sendo a negligência da cidadania uma consequência desta transferência, na medida em que não se reivindica direitos sob relações pessoais. Com isso o projeto político de formação de uma escola cidadã e progressista parece comprometida como coloca Freire (1993). Esse modelo de escola seria aquele capaz de formar atores sociais sensibilizados para a desigualdade de gênero, para a importância de garantia dos direitos das mulheres, meninas, negras e pobres, desvalorizadas pelo patriarcado.

Isso porque a educação é um ato político, conforme coloca Freire (1993), em que se molda uma visão de mundo. Através da educação constrói-se raciocínio lógico que desnaturaliza questões centrais como os fatores que provocam a desigualdade de gênero, de raça e de classe. Assim, a profissão de educador, ela exige posicionamento político e profissional que não combina com as relações pessoais, nem mesmo com a neutralidade, dada nos conflitos de classe que permeiam o debate social. Além disso, o autor encontra uma tomada de posição espontânea, sem responsabilidade política, pois isso de certa forma impacta uma escola democrática e progressista defendida por Freire (1993).

Quando o autor defende a ação política de professoras, partindo da negação de uma identidade vinda do mundo privado ele afirma o ideal da cidadania defendida por Guarinello (2003) e Marshall (1967), que coloca a importância de construção de uma espécie de identidade coletiva em

que seus pares se organizam na reivindicação e construção da cidadania, ou seja, sobretudo, dos direitos sociais e políticos.

Com relação às críticas às professoras que fazem greve no processo de reivindicação de direitos, vale ressaltar que historicamente as mulheres sofreram uma espécie de violência simbólica para não atuarem no espaço público. De acordo com Pinto (2023) o movimento feminista desde o início do Brasil República vem se organizando no sentido de forçar a construção social dos direitos das mulheres. Para ela essa luta envolveu tanto questões objetivas quanto subjetivas, que para Saffioti (2015) encontra-se ancorada na cultura patriarcal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como objetivo analisar a obra Professora Sim, Tia Não de Paulo Freire, escrita em 1993, quando a profissão do educador não era reconhecida pela sociedade como atores de direitos. Nesse sentido questionou-se: em que medida esta obra concorre por desnaturalizar as relações de gênero, raça e classe, desarticulando os alicerces do patriarcado? Para isso, o presente artigo utilizou-se da análise de conteúdo para o levantamento de três categorias que trouxesse evidências para responder tal questão.

Assim, verificou-se que muito embora o autor escreve esse livro sem o intuito de desnaturalizar as relações de gênero, raça e classe, e consequentemente desarticular o patriarcado. Ele contribui para isso na medida em que trabalha o ideal de uma escola democrática e progressista, em que os direitos sociais e políticos sejam reconhecidos e aceitos pela sociedade. Esse processo se dá na medida em que Freire provoca estranhamento numa prática muito comum na cultura brasileira quando negocia identidade do privado no espaço público verificado na identidade da professora e da tia, evidenciando uma estratégia para a negação dos direitos da profissional de educação. Colaborando com ele o antropólogo Roberto da Matta já havia feito uma análise do caso brasileiro em que ele evidencia

uma negociação entre o que ele chama de A casa e a rua. Nesse livro fica evidente o uso de uma ética que regula o mundo da casa usada no espaço da rua, como uma estratégia de negação de construção social da cidadania.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016. BOURDIEU, P. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DA MATTA, R. A casa e a rua. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GUARINELLO, L. N. Cidade-estado na antiguidade clássica. In: História da cidadania. (orgs). Jayme Pinsky & Carla B. Pinsky. São Paulo: Contexto, 2003
- HALL, S. A identidade cultural da pós-modernidade. São Paulo: DP&A, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, C. El Totemismo em La Actualidad. México; Fondo de Cultura Econômica, 1965.
- LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista. Petrópolis. RJ: Vozes, 1997
- MARSHALL, T. H. "Cidadania, classe social e status". Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- FREIRE, P. Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1993.
- PINTO, C. R. J. Uma história do feminismo no Brasil. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2023.
- SAFFIOTI, H. Gênero, patriarcado e violência. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015 [2004].
- SOUZA-LOBO, E. A classe operária tem dois sexos : trabalho, Dominação e resistência. 3. ed.-São Paulo. 1991.
- SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre: v. 16, n.2, 1998.